

## Integração de Venezuelanos Refugiados e Migrantes no Brasil

*Sumário de um Policy Research Working paper\* do Banco Mundial*

### PRINCIPAIS DESCOBERTAS

- Embora as restrições legais sejam mínimas e as permissões de trabalho sejam relativamente fáceis de obter, os refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil enfrentam desafios para se integrarem ao sistema educacional, aos programas de proteção social e ao mercado de trabalho formal. Eles apresentam probabilidade 53 por cento menor de estarem na escola, probabilidade 64 por cento menor de estarem formalmente empregados e probabilidade 30 por cento inferior de acessarem programas de assistência social em comparação à comunidade anfitriã.
- Os alunos venezuelanos têm maior probabilidade de estarem matriculados em anos e séries mais baixas do que seus colegas brasileiros. Eles também são mais propensos a frequentar escolas superlotadas do que os alunos da comunidade anfitriã. Para os venezuelanos em idade produtiva, eles enfrentam rebaixamento profissional e são mais propensos a ter empregos temporários, caracterizados por salários mais baixos e jornadas mais longas. Os trabalhadores formais venezuelanos são mais jovens, mais propensos a possuírem educação formal e menos propensos a serem mulheres e pessoas brancas.
- O estudo sugere que a melhora na capacidade das escolas, oferecer treinamento e capacitação nos idiomas português e espanhol, facilitar o credenciamento educacional e de diplomas dos venezuelanos e fortalecer a realocação voluntária para lugares com oportunidades de empregos mais favoráveis pode facilitar a integração dessa população. Além disso, políticas de inserção no mercado de trabalho mais sólidas, incluindo a intermediação de empregos, capacitação, treinamentos, conscientização sobre os direitos e deveres, e prover assistência com a regularização da documentação podem facilitar esse processo de integração.

Enquanto milhões de venezuelanos deixam para trás o agravamento da crise econômica, social e a violação de direitos humanos, a maioria dos países latino-americanos dá as boas-vindas e acolhe esses refugiados e migrantes advindos do país vizinho. Para os países anfitriões da América Latina, aproveitar o potencial dos venezuelanos de contribuir para o crescimento econômico poderia reduzir a pressão sobre os resultados fiscais, aproveitando o trabalho conjunto com organismos internacionais na satisfação das necessidades humanitárias mais urgentes e com vistas para a permanência prolongada dessa população.

Uma maior inclusão econômica e social permitirá que os venezuelanos se dediquem ao trabalho produtivo, à geração de renda e criação de novos empregos, paguem impostos e contribuam para o sistema de seguridade social e para o crescimento econômico local. Entretanto, o conhecimento atual das condições de vida dos venezuelanos nos países latino-americanos ainda é escasso. E embora existam alguns estudos sobre as condições de acesso ao mercado de trabalho de refugiados e migrantes venezuelanos em alguns países, até onde se sabe, os estudos existentes não examinam o acesso à educação e à proteção social.

Este artigo tenta preencher essa lacuna investigando a extensão da integração dos venezuelanos na educação, mercado de trabalho formal e proteção social no Brasil, e como diferentes fatores sociais e econômicos aceleram ou dificultam esse processo de integração. Por integração, referimo-nos à definição da OCDE que a descreve como um processo bidirecional de adaptação de refugiados e migrantes nas sociedades de acolhimento via garantia de direitos, obrigações e do acesso a diferentes tipos de serviços e ao mercado de trabalho. Medir a integração exige uma referência em relação à qual os resultados podem ser avaliados, e este artigo compara os

\* O trabalho do artigo, [Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil](#), é parte do programa "[Building the Evidence on Protracted Forced Displacement: A Multi-Stakeholder Partnership](#)" que foi estabelecido pelo Escritório de Negócios Estrangeiros, Comunidade e Desenvolvimento do Reino Unido (FCDO), Banco Mundial e ACNUR.

resultados dos venezuelanos com os das comunidades de acolhida.

## **TENDÊNCIAS OBSERVADAS DOS VENEZUELANOS REFUGIADOS E MIGRANTES NO BRASIL**

Os Estados Unidos e a Espanha são, tradicionalmente, os principais países anfitriões de venezuelanos. Mas desde 2014, 80% dos venezuelanos que deixaram o seu país estão hospedados em países latino-americanos. Colômbia e Peru estão hospedando o maior número de venezuelanos, seguidos por Chile, Equador, Estados Unidos e Brasil.

No Brasil, o intenso fluxo de refugiados e migrantes venezuelanos observados a partir de 2017 levou a um decreto federal, em fevereiro de 2018, que reconheceu a situação como sendo uma crise humanitária. Entre julho de 2017 e outubro de 2020, mais de 260.000 venezuelanos foram acolhidos no país. E as estimativas mostram que a maioria entrou e se estabeleceu na região norte, em Roraima (50 por cento) e no Amazonas (19 por cento).

Roraima é um dos estados mais pobres do Brasil, tendo contribuído com apenas 0,2 por cento do PIB em 2019. É também um dos menores estados do Brasil, com uma população de cerca de 630.000 pessoas em 2020. Após a chegada em grande escala de venezuelanos, a proporção da população venezuelana em Roraima aumentou para representar cerca de 12 por cento da população do estado. Em resposta, o Governo Federal do Brasil, o ACNUR, outras agências da ONU e parceiros da sociedade civil no país estão apoiando a gestão em Roraima da crise humanitária. A assistência de emergência é prestada principalmente através da Operação Acolhida por meio de seus três eixos: ordenamento de fronteira e documentação; fornecimento de assistência humanitária, incluindo abrigo; e interiorização, que envolve a realocação voluntária de venezuelanos. A estratégia de interiorização já realocou cerca de 50 mil venezuelanos de Roraima para outras cidades brasileiras, onde há maiores oportunidades de geração de renda e integração social e econômica.

## **PERFIL DEMOGRÁFICO DE REFUGIADOS E MIGRANTES VENEZUELANOS**

De acordo com os dados disponíveis gerenciados pela Polícia Federal, a população venezuelana no Brasil é relativamente equilibrada em termos de gênero, ao contrário de outros movimentos populacionais ao redor do mundo onde migram mais homens do que mulheres. A população venezuelana em outros países latino-americanos, como Colômbia e Peru, têm distribuição de gênero igualmente equilibrada, sugerindo que essa igualdade de gênero em movimentos populacionais pode ser específica do processo venezuelano.

Os venezuelanos refugiados e migrantes são jovens e muitos são pais e mães solteiros. Cerca de 50% da população venezuelana no país tem entre 20 e 40 anos e 75% tem menos de 50 anos. A grande proporção de crianças e jovens - cerca de 20% têm menos de 20 anos - aponta para o fato de que o movimento populacional venezuelano envolve uma reunificação familiar substancial. No entanto, 7 em cada 10 venezuelanos com mais de 25 anos declaram seu estado civil como solteiros, o que significa que a maioria dessas famílias são monoparentais.

## **CONDIÇÕES DE MERCADO DE TRABALHO**

Em comparação com a comunidade anfitriã, os venezuelanos têm menor probabilidade de estarem empregados no mercado de trabalho formal. A parcela geral de trabalhadores formais no Brasil é de cerca de 45% e os venezuelanos têm 64% menos probabilidade de entrar no setor formal.

De acordo com o registro administrativo anual de empregados no setor formal, cerca de 19.500 venezuelanos estavam empregados em dezembro de 2019. Controlando as características individuais e os rendimentos para empregos formais assalariados, observa-se que os rendimentos dos venezuelanos não diferem significativamente dos trabalhadores brasileiros, embora as taxas mais baixas no acesso ao emprego formal apontem para o enfrentamento de desafios no acesso a vagas no setor de empregos formais.

Os trabalhadores venezuelanos empregados no setor formal são mais jovens, menos propensos a serem mulheres e brancos e mais propensos a ter concluído o ensino médio do que seus pares brasileiros. Eles também tendem a trabalhar mais horas por semana e com mais frequência em posições temporárias em comparação com os trabalhadores da comunidade de acolhida.

O rebaixamento profissional é prevalente entre ambos os trabalhadores venezuelanos e da comunidade de acolhida (Figura 1). Enquanto 72 por cento dos brasileiros relatam trabalhar em uma ocupação onde a exigência de educação é inferior ao nível de escolaridade mais alto adquirido, 85 por cento dos venezuelanos afirmam fazê-lo. A incidência de rebaixamento profissional no trabalho é maior para venezuelanos com ensino médio e superior (96 por cento e 91 por cento, respectivamente) do que para brasileiros com ensino médio e superior (89 por cento e 62 por cento, respectivamente).

### ACESSO A EDUCAÇÃO

Menos venezuelanos estão matriculados na escola em comparação com seus pares brasileiros. No geral, a análise sugere que os venezuelanos têm 53% menos probabilidade de ir à escola do que os brasileiros. O rebaixamento para classes inferiores e a escassez de professores que falam espanhol são os principais obstáculos para os venezuelanos terem acesso à educação. Nesse sentido, alguns programas em andamento do governo brasileiro e de organizações internacionais para ofertar treinamento em espanhol a professores e gestores de escolas, e oferecer cursos de língua portuguesa a estudantes venezuelanos, tendem a aliviar as dificuldades associadas à diferença linguística.

Embora não observado nos dados, o baixo índice de matrícula escolar entre os venezuelanos pode refletir uma falta de conhecimento sobre o sistema educacional brasileiro e as dificuldades na obtenção de certificados de equivalência. A facilitação na obtenção de certificados de equivalência e o fornecimento de informações sobre a inscrição, matrícula e a documentação necessária pode favorecer o acesso dos venezuelanos refugiados e migrantes ao sistema de educação local.

De acordo com o censo escolar de 2020, somente 37.700 ou 45% das crianças venezuelanas em idade escolar, estavam matriculadas na escola. A taxa bruta de matrícula no nível fundamental (da 1ª à 9ª série) é de cerca de 74% entre os venezuelanos, em comparação com a matrícula universal de brasileiros. No ensino médio, a taxa de matrícula é de 40% para os venezuelanos e mais de 80% para os brasileiros.

A análise dos dados sugere que o índice de evasão escolar entre o ensino fundamental e médio é maior entre os venezuelanos. Além disso, a maioria, cerca de 22.000 ou 60 por cento, está frequentando escolas em Roraima e no Amazonas, o que pode levar à superlotação das escolas nesses dois estados.

Em média, os venezuelanos tendem a ser mais velhos que os brasileiros nas séries iniciais, da 1ª à 5ª série, sugerindo que a população refugiada e migrante têm maior probabilidade de frequentar classes e anos incompatíveis (Figura 2). Isso leva a crer que a dificuldade na validação de certificados e conhecimentos prévios dos alunos venezuelanos, somado à barreira do idioma, podem fazer com que esses refugiados e migrantes sejam matriculados em anos e séries inferiores. E essa prática pode desmotivar os alunos venezuelanos com o aprendizado formal e inclusive aumentar o custo da educação para o país. Todavia, alguns municípios brasileiros já estão respondendo a essa prática com propostas inovadoras. Por exemplo, Manaus, alguns professores e funcionários de escolas estão recebendo treinamento em espanhol, e na cidade de Pacaraima, as escolas desenvolveram aulas de português voltadas para as necessidades dos alunos venezuelanos refugiados e migrantes.

Figura 1 A incidência de rebaixamento profissional é maior para venezuelanos com ensino médio e superior

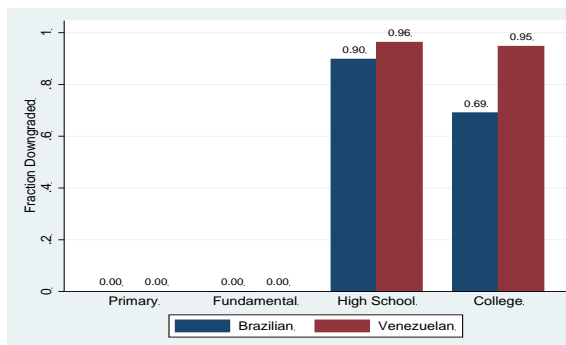
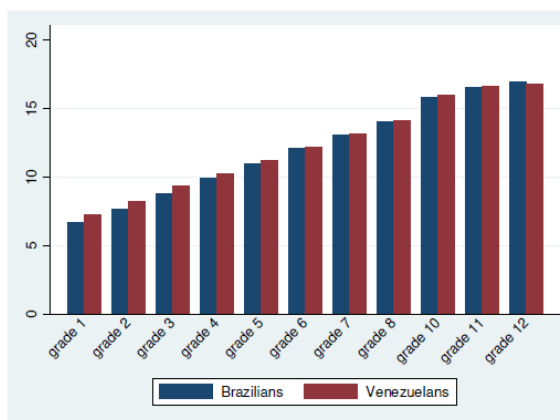


Figura 2 Os venezuelanos nas séries iniciais tendem a ser mais velhos do que seus colegas brasileiros



do

em

de Pacaraima, as escolas desenvolveram aulas de português voltadas para as necessidades dos alunos venezuelanos refugiados e migrantes.

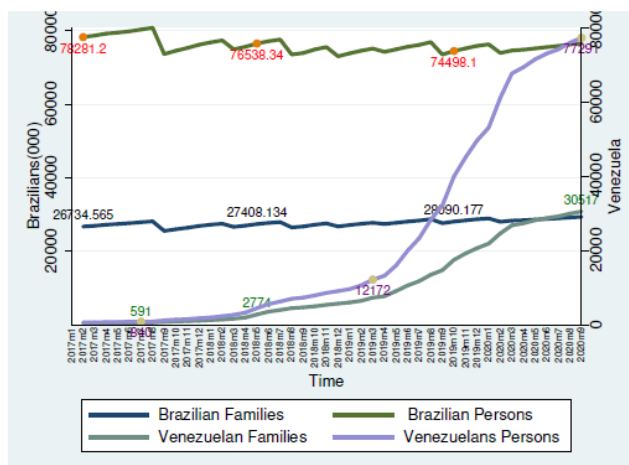
## ACESSO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os venezuelanos apresentam menor probabilidade de se registrarem no Cadastro Único, mas para aqueles que se registram, há igual ou maior probabilidade de terem acesso ao programa Bolsa Família. No geral, os dados apontam para o fato de que os venezuelanos que se registram no Cadastro Único são mais pobres, mas têm maior nível educacional do que a comunidade anfitriã. A taxa de registro mais baixa indica que muitos venezuelanos podem não estar cientes de seus direitos, o que sugere a necessidade de contínuo fornecimento de informação e assistência.

Em média, o acesso a programas de assistência social melhorou continuamente nos últimos 4 anos (Figura 3). Em julho de 2020, os venezuelanos apresentaram probabilidade 30% menor de serem registrados do que os brasileiros, enquanto em dezembro de 2018 ela era de 80%.

A renda média dos venezuelanos beneficiários do Bolsa Família é menor que a dos brasileiros, apesar de serem mais educados. Cerca de 42% beneficiários venezuelanos têm ensino médio e 15% possuem diploma universitário. Em comparação, 19 por cento dos beneficiários brasileiros têm diploma de segundo grau e 1 por cento tem diploma de faculdade. Os chefes de família venezuelanos, que recebem assistência do Bolsa Família, têm menos probabilidade de estarem empregados e, mesmo quando empregados, são mais propensos a serem autônomos e trabalharem por menos meses do que seus pares brasileiros. Os venezuelanos que recebem assistência também têm mais probabilidade de ter acesso simultâneo a abastecimento de água, coleta de lixo, saneamento adequado e eletricidade do que os brasileiros, o que é resultado de a maioria deles morar em áreas urbanas e em abrigos.

Figura 3 Níveis de Acesso melhoraram



dos

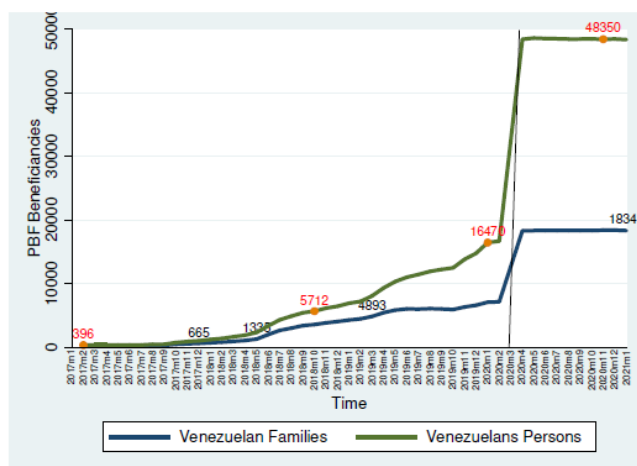
## IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19

Em março de 2020, houve uma redução significativa nos movimentos transfronteiriços, pois todos os países da América do Sul fecharam as suas fronteiras para conter a disseminação do COVID-19. O efeito da pandemia no mercado de trabalho foi heterogêneo, afetando alguns empregos mais do que outros. O risco de interrupção do emprego foi maior no setor de serviços, onde uma alta porcentagem de venezuelanos trabalha. Além disso, a maioria dos venezuelanos trabalha no setor informal e não têm acesso a medidas de proteção ao emprego e seguro-desemprego.

Em resposta à pandemia do coronavírus, o governo federal adotou duas políticas principais para aliviar o impacto nos meios de subsistência das famílias mais vulneráveis. Os critérios de elegibilidade das famílias ao Bolsa Família foram ampliados e aquelas pessoas cujas ocupações foram seriamente afetadas pela crise receberam um benefício financeiro de R\$ 600. Os beneficiários da transferência de renda foram os trabalhadores informais, os autônomos e os desempregados. A ampliação de critérios de elegibilidade do Bolsa Família parece ter beneficiado a população venezuelana, já que os beneficiários venezuelanos saltaram de cerca de 15.000 em fevereiro de 2020 para cerca de 48.000 em abril de 2020 (Figura 4).

O Brasil é o único país latino-americano a oferecer

Figura 4 Acesso ao programa Bolsa Família



acesso a programas e benefícios sociais durante a pandemia, independentemente da *status* migratório, embora o acesso aos benefícios tenha alguns obstáculos. Os benefícios sociais são administrados por meio dos governos locais, que estão sobrecarregados com novos registros e com um nível geral mais alto de demandas. E essa capacidade institucional é mais limitada em Roraima, que é a principal porta de entrada dos venezuelanos. Além disso, como a maioria dos venezuelanos não tem acesso a uma plataforma digital, o número de venezuelanos se inscrevendo online para o Cadastro Único aumentou apenas gradualmente em 2020, apesar da ampliação dos critérios de elegibilidade. A experiência com a pandemia aponta para a importância de uma internet acessível e da alfabetização digital, que beneficiaria não apenas os venezuelanos, mas também os brasileiros mais vulneráveis.

Além disso, o número de beneficiários da Operação Acolhida diminuiu substancialmente a partir de abril de 2020. Houve uma queda no número de realocados pela Estratégia de Interiorização de cerca de 3.000, em fevereiro, para cerca de 1.200, de abril em diante. Isso pode ter impactado a resposta humanitária e mais pesquisas precisam ser realizadas para quantificar os efeitos reais da pandemia do Covid.

## CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O recente fluxo de venezuelanos é fruto de uma crise humanitária que impõe desafios ao desenvolvimento local e ampliar a inclusão econômica e social dessa população não apenas aumentará o seu capital humano produtivo, como também criará um efeito multiplicador de benefícios para a comunidade anfitriã.

Este trabalho é um primeiro passo com o objetivo de avaliar o grau de integração dos refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil e os principais desafios que eles enfrentam. No geral, os nossos resultados sugerem que, apesar das restrições legais serem escassas, a população venezuelana deslocada ainda enfrenta uma série de desafios para se integrarem localmente no país.

Escolas superlotadas e distorção idade-série escolar são os principais obstáculos para as crianças venezuelanas quando se fala em acesso à educação e integração educacional. O rebaixamento profissional inibe os venezuelanos em idade produtiva de acessar o mercado de trabalho formal de modo a ampliar os seus conhecimentos e fazer uso de suas capacidades. E a barreira linguística explica, parcialmente, não apenas o rebaixamento educacional e laboral, como também a menor taxa de registro no Cadastro Único.

Duas barreiras óbvias à integração de venezuelanos no país que não pudemos controlar em nossas análises devido a limitações nos dados e assim medir os seus efeitos de maneira mais acurada são a barreira linguística e a xenofobia. E por isso, novas análises são necessárias para estudar como a barreira do idioma e a xenofobia estão afetando os esforços de integração e como melhor combatê-los. Novas pesquisas também são importantes para avaliar os impactos de algumas ações já em vigor, como a Estratégia de Interiorização. E com o advento da pandemia, é preciso aprofundar em como ela tem afetado os meios de subsistência dessa população e como a ajuda humanitária deve ser adaptada para lidar com os seus efeitos. Os nossos resultados sugerem certas implicações políticas que podem acelerar a integração de venezuelanos refugiados e migrantes no país, que incluem:

- Facilitar o processo de verificação e validação de diplomas e habilidades que irá minimizar o rebaixamento desnecessário educacional e ocupacional para o mercado de trabalho formal.
- Ampliar a oferta de treinamento em idiomas para ajudar as crianças a se inscreverem na série de acordo com sua idade e que também pode promover maior empregabilidade para os adultos.
- Garantir o apoio contínuo do ACNUR e da sociedade civil no fortalecimento de esforços do governo federal na realocação voluntária para áreas com mais oportunidade de geração de emprego e renda.
- Desenvolver estratégias de intermediação de mão de obra focados com uso de conselheiros especializados que conhecem empregadores para os quais o idioma é menos importante ou procurem conjuntos de habilidades específicas
- Ampliar a capacidade das escolas, por meio da introdução de turmas matutinas e vespertinas, poderia ajudar a aliviar a superlotação em escolas e a reduzir o tamanho das turmas.
- Fortalecer os programas de ativação do mercado de trabalho, que incluam a intermediação de empregos e treinamentos de habilidades e do idioma para ajudar a superar as dificuldades de colocação no mercado de trabalho.
- Continuar a assistência aos venezuelanos no acesso a informações sobre emissão de documentos, acesso a serviços de educação, saúde e assistência social, e também sobre seus direitos sociais e garantias de acesso.